UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUCIENE PEREIRA DOS SANTOS

DESIGUALDADE, CLASSE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Estudos sobre as desigualdades na educação brasileira

CAMPINAS

2018

LUCIENE PEREIRA DOS SANTOS

DESIGUALDADE, CLASSE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Estudos sobre as desigualdades na educação brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª. Carolina de Roig Catini

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Sa59d

Santos, Luciene Pereira, 1993-
Desigualdade, classe social e educação : estudos sobre as desigualdades na educação brasileira / Luciene Pereira dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Carolina de Roig Catini.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Desigualdade social. 2. Classes Sociais. 3. Educação. I. Catini, Carolina de Roig,1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciatura em Pedagogia
Banca examinadora:
Fabiana de Cássia Rodrigues
Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2018

LUCIENE PEREIRA DOS SANTOS

DESIGUALDADE, CLASSE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Estudos sobre as desigualdades na educação brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª. Carolina de Roig Catini

Campinas, ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Carolina de Roig Catini

Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dra. Fabiana de Cassia Rodrigues

Universidade Estadual de Campinas

Dedico este trabalho à todas as pessoas que assim como eu, não perderam a capacidade de indignação frente às desigualdades sociais do nosso país. Dedico a todos aqueles, que conseguiram sobreviver e enfrentar as diversas formas de exclusão social, precarização, e que não tiveram seus direitos universais assegurados. Esse trabalho é dedicado também, às pessoas que seguem lutando por justiça social, aos professores e professoras, educadores e educadoras sociais, alunos e famílias que compartilham do mesmo sentimento, de que nessa estrutura de classe, somente a conscientização e mobilização social nos permitirão romper com as engrenagens desse sistema desigual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores de escola que desde muito cedo serviram de incentivo e inspiração para minha escolha de carreira profissional.

Agradeço aos meus professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas, por apresentarem um mundo acadêmico e científico pelo qual me apaixonei.

Agradeço pela oportunidade de toda discussão vivenciada, por todo novo conhecimento conquistado, por toda troca de experiências com os mais variados professores da faculdade.

Agradeço em especial a minha orientadora, professora Carolina de Roig Catini, que aceitou pensar e desenvolver esse trabalho, agradeço por sua delicadeza, motivação e prontidão.

Agradeço à minha família, que mesmo sem saber, servia de incentivo para que eu tivesse mais vontade de concluir essa pesquisa.

Agradeço aos amigos que acreditaram em mim, que incentivaram e torceram pelo progresso desse trabalho.

Agradeço ao meu companheiro João Pedro, que sempre esteve ao meu lado ouvindo cada palavra escrita com atenção e paciência. Obrigada por seu incentivo, por acreditar em mim e por ficar feliz com o resultado.

Agradeço por fim, a história, que me permitiu estar nessa sociedade, nesse momento histórico, para pensar em um trabalho que abordasse o que hoje mais me incomoda: a desigualdade social.

Por que metade de mim é amor...

E a outra metade é indignação social.

(Autor desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho discute a produção acadêmica contemporânea brasileira nos últimos dez anos sobre Desigualdade, Classe Social e Educação. Tem como objetivo analisar a interferência das desigualdades sociais na educação brasileira. Para tanto, foi feito um levantamento dos artigos publicados entre 2008 e 2018, em um periódico de grande circulação – a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Após leitura prévia dos vinte e sete artigos selecionados, identificou-se quais eram os tipos de desigualdades abordadas nos trabalhos, de que forma a desigualdade, classe social é relacionada com a educação e a escola, e, como esses três conceitos pesquisados se articulam entre si nas pesquisas analisadas, o que nos permitiu um mapeamento e conhecimento do campo. Dessa forma, os artigos foram divididos em três eixos de abordagem, gerando também os três capítulos desse trabalho: Relações entre Desigualdade, Educação e Escola; Educação, Gênero e Raça na desigualdade social brasileira; e, Desigualdade Regional e a Educação Brasileira.

É possível afirmar a absoluta relevância do estudo das relações entre desigualdade, classe social e educação para se atuar na educação pública brasileira, compreendendo de que forma a educação e a escola passam a ser afetadas pelas formas de desigualdades e exclusão.

Palavras-chave: Desigualdade. Classe Social. Educação.

ABSTRACT

The present work discusses the brazilian contemporary academic production in the last ten years about Inequality, Social Class and Education. This work intends to analyze the interference of social inequalities in brazilian education. For that matter, was made an inventory of the published articles between 2008 and 2018, in a great circulation periodical – the Scientific Eletronic Library Online (ScieELO).

After previous reading of the twenty seven selected articles, was identified which were the kinds of inequalities approached in the works, in what way the inequality, social class is related with education and school, and, how these three researched concepts are connect among them in the analyzed surveys which allowed us a mapping and a knowledge of the field. In that way, the articles were divided in three points of approach, producing as well the three chapters of this work: Relation between Inequality, Education and School; Education, Gender and Race in brazilian social inequality; and, Regional Inequality and the Brazilian Education.

It's possible to affirm the absolute relevance of the inequality, social class and education relations studies to acting in brazilian public education, understanding in which way the education and school will be affected by the kinds of inequalities and exclusion.

Key-words: Inequality. Social Class. Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADE, EDUCAÇÃO E ESCOLA 15

2.1 DIREITO E EXCLUSÃO 16

2.1.1 ESCOLA E CLASSE SOCIAL 19

2.1.1.1 A FORMA DESIGUAL DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 22

3. EDUCAÇÃO, GÊNERO E RAÇA NA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA 27

4. DESIGUALDADE REGIONAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA 37

5. CONSIDERANDO... 48

REFERÊNCIAS 52

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social, característica marcante das sociedades capitalistas, e, portanto, traço notável na sociedade brasileira, deve ser considerada quando buscamos entender como se dão as relações sociais, num contexto em que a desproporção de condições entre as classes sociais, se torna um dos aspectos mais determinantes a definir o caminho e futuro de uma pessoa. Quando falamos em desigualdade social, precisamos pensar na desigualdade econômica, desigualdade racial, desigualdade de gênero, desigualdade regional, dentre tantos outros modos de desigualdade, na qual, a lógica do mercado capitalista trabalha de forma a acentuar essas desigualdades, criando também novos modelos de exclusão social.

Nesse contexto, o direito universal à educação passa a sofrer interferências que podem ser mais sentidas dentro das escolas. Os alunos das camadas mais pobres da sociedade, que vivem em constante situação de vulnerabilidade social, compõem o grupo de pessoas que mais sofrem com as desigualdades em nossas sociedades, desigualdades essas que são vivenciadas desde a creche ao ensino superior.

Se torna importante assim, o estudo da relação das desigualdades, classe social e educação, para identificarmos de que forma as desigualdades aparecem dentro da escola, como o direito à educação passa a ser garantido de forma precarizada para as pessoas mais pobres da sociedade, ou ainda, como a escola pode em suas práticas, ser mais um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e geradora de novas formas de exclusão social.

Estudar a condição de desigualdade à que uma classe social é historicamente submetida, e como essa condição se traduz dentro da escola e do processo educacional, se torna indispensável para pensarmos em novas maneiras de atuar na educação e nas escolas públicas brasileiras com o objetivo de e romper essa relação quase simbiótica.

Com isso, o trabalho em questão discute a produção acadêmica contemporânea brasileira nos últimos dez anos sobre Desigualdade, Classe Social e Educação, com objetivo de analisar a condição de desigualdade vivenciada pelas classes sociais no processo educacional. Para tanto, foi feito um levantamento dos artigos publicados entre 2008 e 2018, em um periódico de grande circulação – a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A busca e seleção dos artigos se deu através da pesquisa das palavras: *"desigualdade, classe social e educação"*, no campo de buscas da plataforma da SciELO. Ao todo foram encontrados trinta e dois artigos, que após leitura prévia, cinco desses trabalhos foram desconsiderados e não analisados por abordarem o tema usando uma metodologia de análise que não contribuía para essa pesquisa.

De forma geral, os artigos desconsiderados para a análise específica nessa pesquisa sobre desigualdade, classe social e educação, tem sua importância e contribuição para a comunidade acadêmica e diversos setores da sociedade. No entanto, esse trabalho entende a desigualdade, como característica marcante das sociedades capitalistas, e, portanto, traço notável na sociedade brasileira, devendo ser considerada quando buscamos entender como se dão as relações sociais, num contexto em que a desproporção de condições entre as classes sociais, determina a condição da educação a que cada cidadão será submetido. Então, foram selecionados os artigos que contribuíram de forma mais direta para a construção e análise dessa pesquisa.

Após a leitura dos vinte e sete artigos selecionados, identificou-se quais eram os tipos de desigualdades abordadas neles, de que forma a desigualdade, classe social é relacionada com a educação ou a escola, e, como esses três conceitos pesquisados se articulavam entre si nas pesquisas analisadas.

Dessa forma, os artigos foram divididos em três eixos de abordagem, gerando também os três capítulos desse trabalho: *Relações entre Desigualdade, Educação e Escola; Educação, Gênero e Raça na desigualdade social brasileira; e, Desigualdade Regional e a Educação Brasileira.*

Dentro do capítulo *Relações entre Desigualdade, Educação e Escola*, foram explorados os artigos que trazem análises e dados das experiências de desigualdades na escola, a desigualdade e a educação de forma mais geral, o direito à educação e as dinâmicas de exclusão, a relação entre a educação e a pobreza, os diferentes tipos de oportunidades educacionais, educação e trabalho, entre outros. De forma mais geral, essas pesquisas nos trazem as consequências e relações entre as várias formas de desigualdades e a educação. Foram analisados também artigos que trabalham especificamente com o Ensino Superior, trazendo o papel das políticas públicas, a subjetividade da escolha do curso superior pelas camadas mais pobres da população, o acesso ao ensino superior pautado pelas desvantagens e desigualdades sociais e considerações sobre o capital cultural e o acesso a esse nível de ensino.

O capítulo *Educação, Gênero e Raça na desigualdade social brasileira*, é composto por artigos que abordam mais profundamente esses temas. Temos aqui, pesquisas que nos mostram a importância da articulação das perspectivas de gênero, raça e classe social com a escolarização brasileira, pesquisas que trabalham com a desigualdade de oportunidades no Brasil considerando as relações entre gênero, raça e classe social, e um artigo em específico que faz um recorte temporal para o período de vigência da monarquia constitucional, apresentando que a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças. É interessante ressaltar, que todos os artigos de forma mais direta ou indireta, ao tratar sobre desigualdade, tratam obrigatoriamente da questão de raça, gênero e classe social.

Por fim, o último capítulo, *Desigualdade Regional e a Educação Brasileira*, foi escolhido por contemplar artigos que pesquisam a educação e o desequilíbrio regional no Brasil, a desigualdade escolar e a vulnerabilidade social no território e a dimensão espacial da escola pública. Entre outras coisas, esses trabalhos, nos mostram a relação direta da influência do território na produção da desigualdade educacional e escolar.

2. RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADE, EDUCAÇÃO E ESCOLA

"Não há competição onde há desigualdade de condições. Há covardia."

(Eduardo Marinho)

2.1 DIREITO E EXCLUSÃO

Entender a educação a partir das desigualdades nos possibilita ter uma compreensão mais profunda sobre a sociedade brasileira e sobre os sentidos atribuídos à escola.

Quando falamos em desigualdades, precisamos pensar nas várias formas de manifestações e como elas se articulam entre si, como a desigualdade econômica, desigualdade racial, de gênero, desigualdade regional e tantos outros modos de desigualdade, na qual, a lógica capitalista gera e intensifica novos modelos de exclusão social.

Se a educação é um direito fundamental a todo cidadão brasileiro, e a escola uma das instituições que devem assegurar a garantia desse direito básico, é preciso entender de que forma a educação e a escola passam a ser afetadas pelas formas de desigualdade e exclusão. É necessário entender também a educação no Brasil a partir da sua realidade socioeconômica e política, a partir do projeto de sociedade que se quer construir e do que já está em construção.

A democratização do acesso à escola pública possibilitou o ingresso de alunos que faziam parte da uma classe social mais pobre da população, que até então era privada do direito à educação, dessa forma, o prestígio da escola pública advindo de um caráter elitista composto por um pequeno e seleto grupo de alunos da classe mais rica, propiciou o surgimento de outros desafios a serem enfrentados para a efetividade de um ensino de qualidade. Sem dúvida, toda essa condição não se deu por acaso, entender como foi pensada a ampliação da escola pública no Brasil é fundamental para avaliar o estado em que a escola se encontra hoje.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram com seus governos várias reformas implementadas na educação básica do Brasil. Essas reformas apesar de terem conseguido uma ampliação educacional quantitativa, comparados com as gerações anteriores, trouxeram como consequência a multiplicação das desigualdades educacionais (LEÃO, 2006, com adaptações).

A partir da década de 1990 houve a universalização do acesso de crianças e jovens à escola, no entanto, esse acesso se deu de forma restrita pois o direito à uma educação de qualidade não foi garantido. Acompanhamos desde então, a inclusão massiva de crianças e jovens à escola, e ao mesmo tempo a negação do direito integral à educação. Assim, a expansão do acesso à educação não possibilitou a efetivação do direito à educação, porque esse direito passou a ser oferecido de forma restrita, condicionada e subalternizada. A universalização do acesso à escola se transforma assim em uma universalização sem direitos.

Cury (2008), em seu artigo *A educação escolar, a exclusão e seus destinatários*, coloca que a educação escolar, coexiste, com o fato de ser inclusiva e seletiva e estar, ao mesmo tempo, sob o signo universal do direito. Nesse sentido é colocado para quem de fato é destinado esse direito universal, e para quê dessa inclusão excludente. Nesse caso, a educação apesar de se apresentar como um direito universal, o faz de forma precária, a inclusão à escola pública aconteceu e acontece de forma excludente à uma parcela da população.

> Esse processo de produção da desigualdade, de cujo peso a realidade atual ainda é detentora, vai nos mostrando a face dos sujeitos da privação: negros, pardos, migrantes do campo e de regiões mais pobres do país, trabalhadores manuais, moradores de bairros periféricos e pessoas fora da faixa etária legal (CURY, 2008, p. 2015).

São esses sujeitos da *privação* que desde muito cedo se veem destituídos do direito à educação. São as mães e crianças privadas do direito à educação através da creche por falta de vagas, jovens que são sistematicamente reprovados na escola e que por vivenciarem o fracasso escolar abandonam a escola para trabalharem porque precisam ajudar em casa. São alunos que vivenciam diariamente a precarização do sistema de ensino público, sem as condições físicas e materiais para efetivação das dimensões atribuídas e reconhecidas ao direito à educação. São jovens negros e pobres que não têm acesso ao ensino superior público por falta de cotas raciais e sociais que minimizam a desigualdade social, financeira e educacional, e se veem assim,

obrigados a buscar o ensino superior privado, por exemplo. A lógica capitalista limita as possibilidades de direitos amplos das camadas mais pobres da sociedade.

Gentili (2009), chama atenção sobre a necessidade de pensarmos o conjunto de dimensões que estão presentes em todo processo de discriminação, através do conceito de *exclusão includente*. Segundo o autor:

> A combinação de alguns fatores define aquilo que identificamos como um processo de escolarização marcado por uma dinâmica de exclusão includente, isto é, um processo mediante o qual os mecanismos de exclusão educacional se recriam e assumem novas fisionomias, no contexto de dinâmicas de inclusão e inserção institucional que acabam senso insuficientes ou, em alguns casos, inócuas para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais (GENTILI, 2009, p. 1060-1061).

Para superar os processos de discriminação enraizados em nossa sociedade, é preciso haver a construção de processos e dinâmicas sociais de inclusão construídos em oposição às dinâmicas que produzem a negação do direito dos mais pobres e excluídos, acompanhadas de um conjunto de decisões e projetos políticos que de fato estejam orientados a superar as causas da exclusão social em sua raiz. No entanto, o que vemos hoje são mecanismos trazidos pelo poder público na tentativa de minimizar ou tentar suprir a negação de direitos básicos a população pobre e periférica. Gerando assim, uma exclusão includente na inserção educacional dessas pessoas e uma contínua dinâmica de exclusão à essa mesma população marginalizada e marcada pela segregação social.

Nesse cenário, qual tem sido o papel da escola em relação aos excluídos? Trabalhar de forma efetiva para combater as dinâmicas que negam ou atribuem o direito à educação de forma restrita, condiciona e subalternizada, ou além de trabalhar em sua manutenção, a escola passa a gerar novas formas de exclusão e desigualdade?

> O sistema escolar, partido e dividido, longe de democratizar o acesso ao conhecimento, conduz sujeitos pelos circuitos que melhor se adaptam às marcas ou aos estigmas que definem o tamanho de seus direitos e oportunidades. Todos têm o mesmo direito à educação, mas nem todos exercem da mesma forma seu direito à escola, motivo pelo qual os resultados do processo de escolarização são tão desiguais como são desiguais as condições de vida de grupos, classes, estratos ou castas que compõem a sociedade ou, em termos mais preciosos, o mercado (GENTILI, 2009, p. 1070-1071).

2.1.1 ESCOLA E CLASSE SOCIAL

Problematizar a educação e a escola no âmbito da desigualdade social impõe, necessariamente, repensar o próprio sistema socioeconômico e político que produz essa desigualdade (ZUCCHETTI; MOURA; MENEZES, 2010). A desproporção de condições entre as classes sociais - aspecto marcante das sociedades capitalistas -, afeta diretamente as experiências dentro da escola, os sentidos atribuídos a ela e os diferentes tipos de oportunidades educacionais, principalmente para a classe social mais pobre.

Na pesquisa desenvolvida por Passos e Gomes (2012), *Nossas escolas não são as vossas: as diferenças de classe*, é possível analisar através do percurso escolar dos filhos das classes populares, médias e superiores da sociedade brasileira, a relação que essas classes estabelecem com o sistema de ensino. De forma bem geral, as classes populares, além de enxergarem na escola a função de ensino-aprendizagem, atribuem à escola o papel da formação mais integral do indivíduo, é na escola que serão ensinados os valores e normas que regem as relações sociais (PASSOS; GOMES, 2012). As classes populares esperam, que "as crianças aprendam a falar a 'linguagem da escola' em oposição à 'linguagem da rua', promovendo a integração delas na sociedade" (apud PAIXÃO, 2006, p. 5). Por sua vez, educação nas classes médias é vista como um meio para que seus filhos consigam melhores empregos, e consequentemente melhores salários. Assim, a escolarização é "avaliada como recurso que qualifica a força de trabalho, habilitando-a a disputar empregos bem remunerados, revestidos

em alto valor simbólico, e a competir por posições hierárquicas mais elevadas nas empresas" (ROMANELLI, 1995, p. 446). O estudo sobre a escolarização das classes que ocupam posições privilegiadas surgiu recentemente e por isso ainda é muito escasso, no entanto, nesse segmento, "a escola tem papel secundário nas estratégias de socialização, pois os títulos escolares são uma entre as várias propriedades da herança familiar, nem sempre a mais importante" (PASSOS; GOMES, 2012, p. 361). Atualmente é possível analisar, que a educação e o processo de escolarização para a camada média e mais privilegiada da sociedade passou a ter outros sentidos, dentre eles, a contínua formação para a elite e para a manutenção de suas riquezas, por isso os filhos das classes privilegiadas são os que recebem uma melhor educação, estudam nas melhores e seletivas escolas e passam nos melhores e mais concorridos vestibulares do país.

Vemos então que quando as riquezas são distribuídas de forma desigual, a maneira como as classes sociais vão se relacionar com a educação e as instituições de ensino, vai depender dos bens materiais e culturais que esse grupo possui. Como constatou Passos e Gomes, baseados em Bourdieu em 1998:

> Ao ingressar na escola, o indivíduo depara-se com um código específico do universo escolar cujo entendimento exige uma competência cultural, pois sua apropriação depende da posse prévia dos instrumentos de decifração e esta deve ser transmitida pela educação familiar (PASSOS; GOMES, 2012, p. 351).

A relação entre a educação e a situação de pobreza nesse contexto, contribui para o entendimento da relação estabelecida entre a escola e as classes sociais. Atualmente acompanhamos as "intersecções entre as políticas assistenciais e as políticas educacionais que denunciam uma tensão permanente entre as diferentes lógicas" (YANNOULAS; ASSIS; FERREIRA, 2012, p. 346). As políticas assistenciais agem paralelamente às redes escolares, através de programas focalizados para os segmentos mais

pobres da população, em contrapartida, as políticas educacionais trabalham sob a ótica da universalização, assim, dentro da escola todos os alunos são tratados como iguais, os alunos mais vulneráveis nesse contexto, acabam por serem tolerados pela escola, mas não incluídos.

Ao pensarmos no sistema público de ensino brasileiro se torna necessário compreender também as escolas como unidades sociais diferentes umas das outras, marcadas pela diferenciação de alunos, corpo docente e gestão, localização dessa escola e, proposta pedagógica. Dessa forma, devemos considerar a desigualdade existente entre as escolas que define quais escolas são de "qualidade" e quais não são.

Se a desigualdade de condições entre as escolas públicas brasileiras se tornou um problema sério a ser enfrentado, o que dizer do abismo existente entre as condições das escolas públicas e privadas? Vivendo em uma sociedade capitalista cujo sistema econômico e social tem como principal objetivo o lucro e a acumulação de riquezas, por meio dos meios de produção, é preciso entender que o sistema educacional é diretamente afetado pelo modo de vida capitalista. Assim, a educação passa a ser vista e entendida sob a ótica capitalista, deixando de ser um direito incondicional a todos os cidadãos, e passando a ser entendida como um serviço que é vendido e comprado sob a concessão do Estado. A partir do momento em que uma escola cobra mensalidade, ela lucra com a educação mercantilizando um direito. As instituições de ensino privadas estão colocando o lucro acima do direito e estão tornando as crianças e jovens parte deste lucro, prática que sempre foi permitida pelo Estado desde o surgimento das escolas privadas.

Seja na escola pública ou privada, os alunos provenientes de estratos socioculturais diferentes sempre enfrentarão mais dificuldades. Para Harper et al. (1987), "a escola, de forma geral, está histórica e estruturalmente alinhada com a cultura das classes mais favorecidas, por ela comumente adotada, legitimada e perpetuada" (CUNHA; DAZZANI, 2016, p. 244).

2.1.1.1 A FORMA DESIGUAL DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

As experiências de desigualdade no processo educacional e dentro da escola também se fazem presentes no ensino superior. Hass e Linhares (2012, p. 836) colocam que no Brasil ”[…] a gritante desigualdade social, o preconceito, a baixa qualidade da educação oferecida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, a pobreza e a marginalização aprofundam e perpetuam a discriminação e dificultam o acesso ao ensino superior". Diante dessa realidade, é preciso pensar se o papel das políticas públicas para o ensino superior tem efeito positivo, minimizando as desigualdades de acesso para a população mais ou pobre, ou se essas políticas públicas acabam por multiplicar as desigualdades já existentes.

Segundo o Ministério da Educação (2012), a lei de cotas, Lei nº 12.711/2012 sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. A lei criada para ser uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais no Brasil, visa garantir mudanças significativas na democratização do acesso ao ensino superior e na redução da desigualdade social no país,

> Nesse sentido, entende-se que as cotas podem ser o meio mais eficaz de democratizar o acesso ao ensino superior, desde que seja respeitada a autonomia da universidade. Isto é possível se houver a discussão aberta sobre a questão no seio da comunidade acadêmica, local privilegiado de produção e difusão do conhecimento e de decisões sobre as necessidades da sociedade. Há que se concordar, também, que a implantação de um sistema de cotas numa instituição pública de ensino superior deve passar por amplo e profundo debate no âmbito da própria universidade, com a participação representativa da comunidade e dos movimentos sociais (HASS; LINHARES, 2012, p. 856).

A lei de cotas se apresenta assim, junto com as políticas públicas e programas sociais de incentivo a ampliação de vagas e acesso ao ensino superior, ferramentas que garantem o acesso da população mais pobre e negra nas universidades. No entanto, é preciso ressaltar que mesmo com a lei de cotas houve um aumento maior de jovens pobres e negros em universidades e faculdades privadas.

A tabela abaixo mostra os números de matrículas em Universidades Federais entre 2012 (ano da implantação da Lei nº 12.711/2012) e 2017. Os dados foram obtidos dentro do Censo da Educação Superior no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:

Tabela 1 - Número de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor/Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES

Número de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor/Raça, em Universidades Públicas Federais				
Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça - Universidades Federais				
ANO	Branca	PRETA	AMARELA	INDÍGENA
2012	253.961	64.436	8.968	2.370
2013	288.996	70.103	11.073	2.903
2014	360.356	69.162	12.787	5.347
2015	411.887	92.698	14.775	7.392
2016	458.549	107.660	16.041	8.838
2017	492.462	127.708	18.141	10.446

Fonte: Censo da Educação Superior: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação

Observando os dados é possível identificar que no ano de 2015 houve o maior número de matrículas de alunos autodeclarados pretos nas Universidades Federais do Brasil

comparadas com as matrículas dos anos anteriores. Se considerarmos que a lei de cotas não trouxe consigo o incentivo ao aumento de número de vagas nos cursos das Universidades Federais, podemos considerar que o aumento dos números de matrículas apresentados na tabela acima poderia ser mais significativo, já que "a falta de expansão de vagas no ensino superior restringiu significativamente o acesso à universidade de grupos sociais em desvantagem socioeconômica" (PICANÇO, 2015, p. 149).

A expansão do sistema educacional superior privado no Brasil, a partir da década de 1990 e dos anos 2000, incentivada pelos programas públicos de inclusão social na universidade, como o [1]FIES e o [2]PROUNI, trouxeram o aumento significativo das matrículas nas universidades e faculdades privadas.

[1]O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas

[2]O Programa Universidade para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. Ele foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Tabela 2 - Número de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor/Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES

Número de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor/Raça, em Universidades/Faculdades Privadas				
Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça - Universidades Federais				
ANO	Branca	PRETA	AMARELA	INDÍGENA
2012	1.176.694	105.524	43.532	6.156
2013	1.308.962	132.233	55.438	8.608
2014	1.812.353	236.471	76.768	13.783
2015	2.209.622	298.867	88.294	22.337
2016	2.316.451	327.401	94.331	36.678
2017	2.481.624	349.164	101.979	42.852

Fonte: Censo da Educação Superior: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação

Ao analisar as duas tabelas que consideram o mesmo período de análise das matrículas em universidades públicas federais e privadas em todo o Brasil, é possível identificar que mesmo após a Lei nº 12.711/2012, o número de matrículas em instituições privadas ainda é substancialmente maior do que as matrículas em universidades públicas, isso porque,

> Todas as ações (econômicas, políticas e programas sociais) constroem em conjunto o seguinte quadro. Em relação a oferta de vagas, Neves (2007) sistematizou as informações de que, em 1998, 776.031 vagas foram ofertadas para cursos presenciais, distribuídas entre 205.725 nas [3]IES públicas e 570.306 na privada; em 2010 foram ofertadas 3.120.192 vagas, distribuídas entre 445.337 nas IES públicas e 2.674.855 na privada. Enquanto o número de vagas no setor público cresceu 116,4%, no setor privado cresceu 369,02% (PICANÇO, 2015, p. 153).

[3]Instituições de Ensino Superior.

A lei de cotas e a adoção de programas e sistemas de inclusão e permanência estudantil nas universidades públicas, não foram suficientes para diminuir a desigualdade de acesso entre o ensino superior público e privado no Brasil. Quando os programas do governo federal passam a incentivar através da redução de impostos, o ensino privado impulsionando a mercantilização do ensino, ao invés de investir no acesso/permanência e qualidade das universidades públicas do país, o ensino privado se torna a maneira mais possível de se cursar o ensino superior para os grupos em desvantagem por cor e renda.

3. EDUCAÇÃO, GÊNERO E RAÇA NA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA

"Experimenta nascer preto e pobre na comunidade,

você vai ver como são diferentes as oportunidades."

(Bia Ferreira)

Neste capítulo foram analisados dois artigos que pesquisam mais diretamente a desigualdade racial e de gênero relacionada com a desigualdade educacional. O artigo *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial,* (VEIGA, 2008) tem por objetivo demonstrar que a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças, através de uma pesquisa recente sobre Minas Gerais, com recorte temporal para o período de vigência da monarquia constitucional. Já a pesquisa de Ferraro (2010), *Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social,* reforça a importância e a viabilidade de se articular, no estudo da escolarização, as dimensões de gênero, raça e classe social. Apesar do artigo fazer uma relação entre as dimensões: gênero, raça e classe social, ele não se aprofunda nessas dimensões, fazendo análises a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Após estudo dos artigos, é possível inferir que a desigualdade educacional que se apresenta dentro da escola se manifesta de formas diferentes, no entanto, a condição da raça, gênero e classe social são alguns dos fatores que determinam quais serão os alunos mais atingidos por ela. A estrutura de classes e as barreiras raciais e de gênero são elementos que fundamentam a estruturação das desigualdades no Brasil, interferindo nas representações sociais que os alunos negros, pobres e do sexo feminino constroem acerca de si e da escola.

No século XIX, ainda que a Constituição Federal de 1824, destacasse com respeito à educação: *"A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos",* é importante ressaltar que havia "[…] o impedimento legal de frequência dos escravos às aulas públicas, em várias províncias do Estado" (VEIGA, 2008, p. 502). O número de alunos pobres na escola também era bastante restrito, principalmente pelo acesso precoce das crianças ao mercado de trabalho, e dessa forma, a presença de negros não escravos na escola era bastante limitada, pois, além da

população negra ser também a população mais pobre da sociedade, os negros já sofriam com as diferenças de oportunidades escolares comparadas com a população branca.

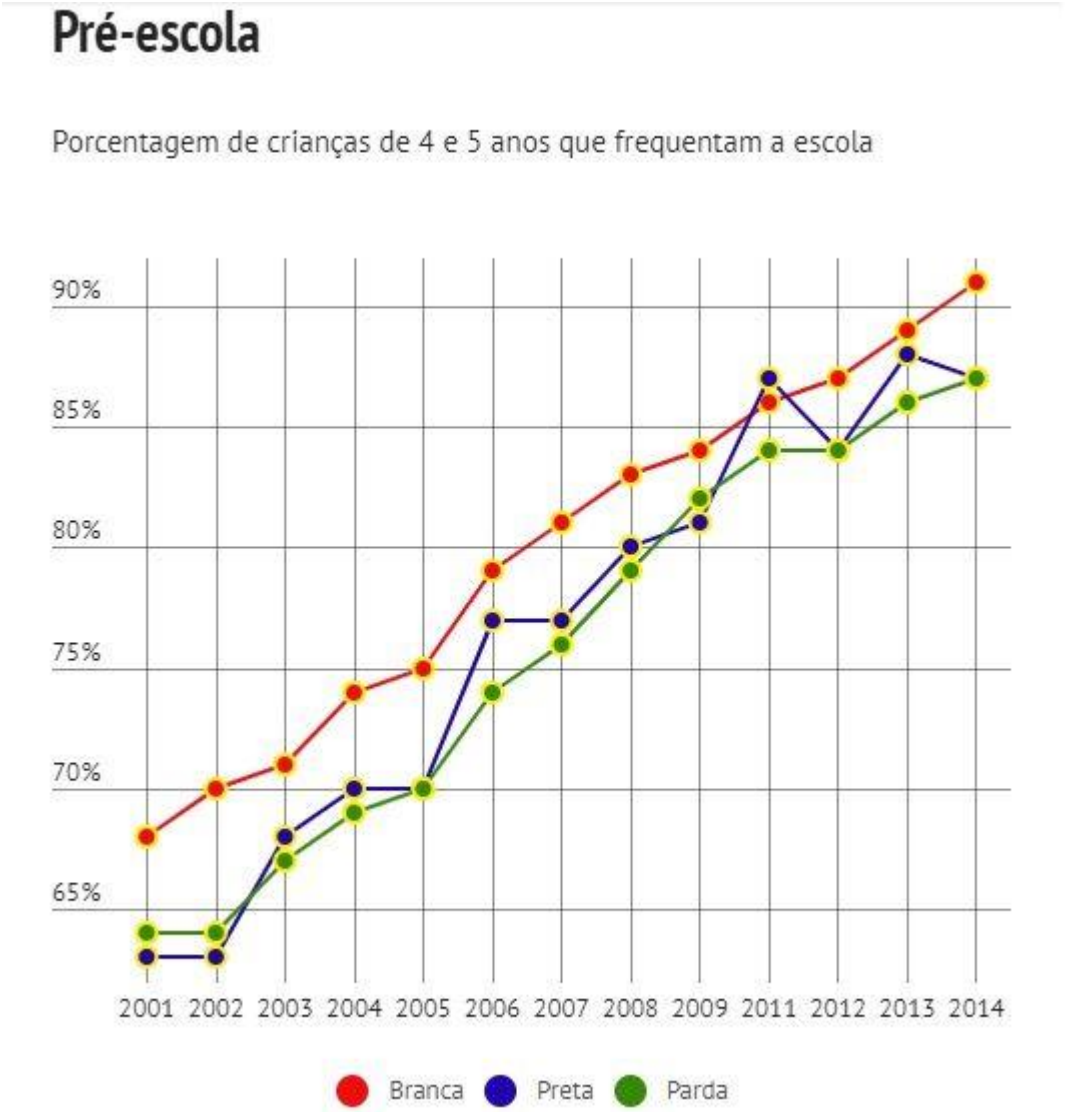
A distinção de gênero também se manifestava nesse período, já que meninos e meninas desempenhavam papéis sociais diferentes, a obrigatoriedade da frequência escolar, por exemplo, era apenas para os meninos em virtude dos costumes de época (VEIGA, 2008).

> Observa-se, assim, que os mecanismos internos e cotidianos de exclusão há muito estiveram presentes na história da escola brasileira (...). Dessa maneira, ao ser anunciada a República, já se tinha um considerável acúmulo de experiências relativas aos processos de discriminação e preconceitos também no ambiente escolar (VEIGA, 2008, p. 514, com adaptações).

Se no século XIX as crianças pobres e negras não frequentavam ou abandonavam a escola elementar seja para ingressarem precocemente no mercado de trabalho, ou por morarem muito longe das escolas, o que causou uma enorme desigualdade educacional entre brancos e negros, atualmente acompanhamos um movimento muito parecido em todos os níveis da educação básica. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2014 ,do IBGE[4], o atendimento de crianças pretas e pardas de 4 e 5 anos na pré escola é menor do que entre as crianças brancas:

[4]O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um instituto público da administração federal brasileira criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística; seu fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938.

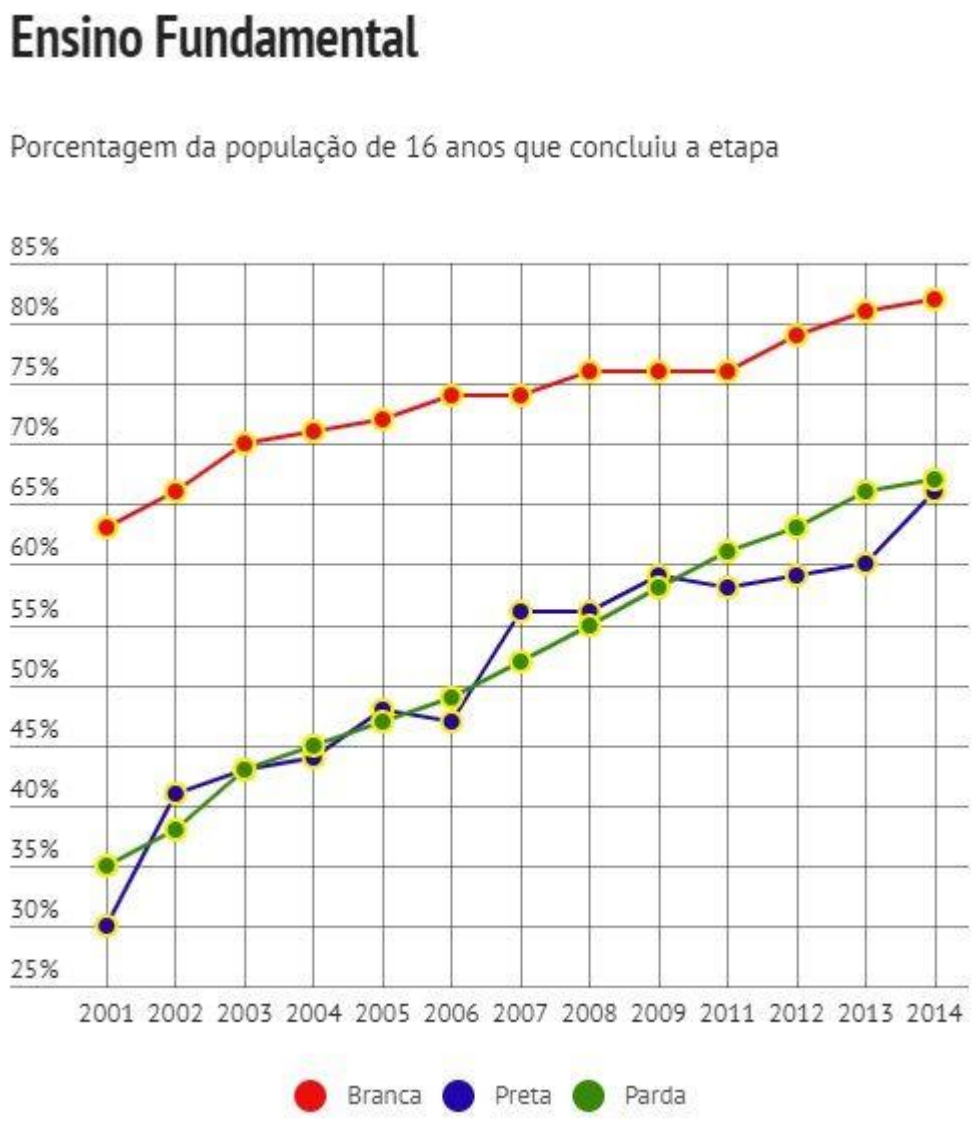
Gráfico 1 - POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO



Fonte: Fonte: Pnad/IBGE Estadão...

Em 2001 enquanto 68,9% das crianças brancas estavam na pré-escola, apenas 63,2% das crianças pretas estavam matriculadas, essa diferença que em 2001 chegou a 5,7 pontos percentuais se manteve com algumas alterações ao longo dos anos, exceto em 2011 e 2013 em que a diferença de matrículas de crianças brancas e pretas não foi significativa. No Ensino Fundamental a diferença de acesso à escola pública entre alunos brancos e pretos é bem pequena, no entanto, a desigualdade entre esses dois segmentos se acentua quando olhamos para aqueles que concluem o Ensino Fundamental na idade certa (14-15 anos):

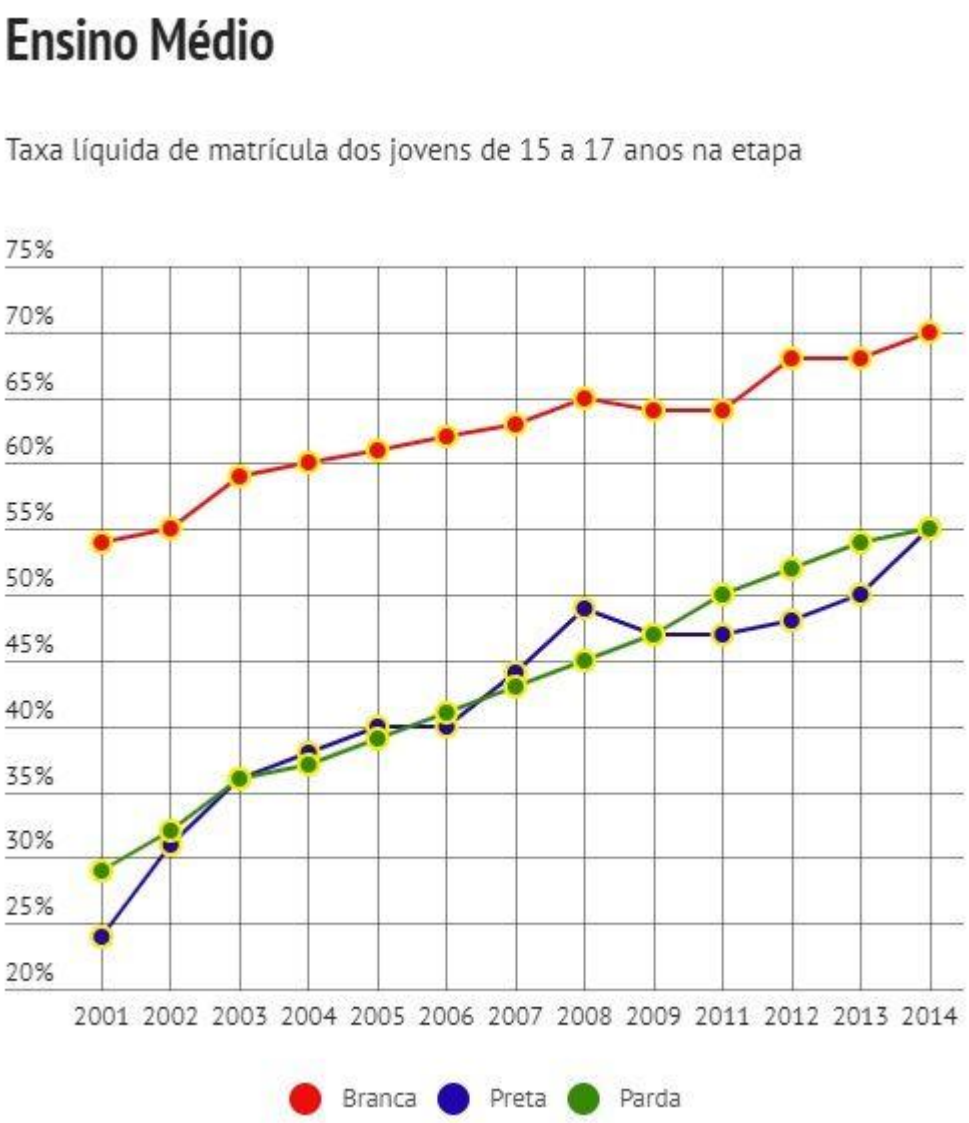
Gráfico 2 - POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO



Fonte: Fonte: Pnad/IBGE

Enquanto mais de 80% dos jovens autodeclarados brancos concluírem o Ensino Fundamental com até 16 anos, pouco mais de 66% dos jovens autodeclarados pretos concluem o Ensino Fundamental com essa mesma idade em 2014. Os dados do Ensino Médio por outro lado mostram duas situações:

Gráfico 3 - POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO



Fonte: Fonte: Pnad/IBGE

Observamos que a taxa de matrícula de jovens autodeclarados brancos de 15 a 17 anos nessa etapa da educação básica, é cerca de 15 pontos percentuais a mais do que a matrícula de jovens autodeclarados pretos e pardos. Pode-se inferir que essa desproporção de matrículas acentuada no Ensino Médio acontece por dois motivos: primeiro porque como observado nos dados do gráfico 2, a diferença de alunos autodeclarados pretos que terminam o Ensino Fundamental na idade certa é substancialmente menor do que o número de alunos

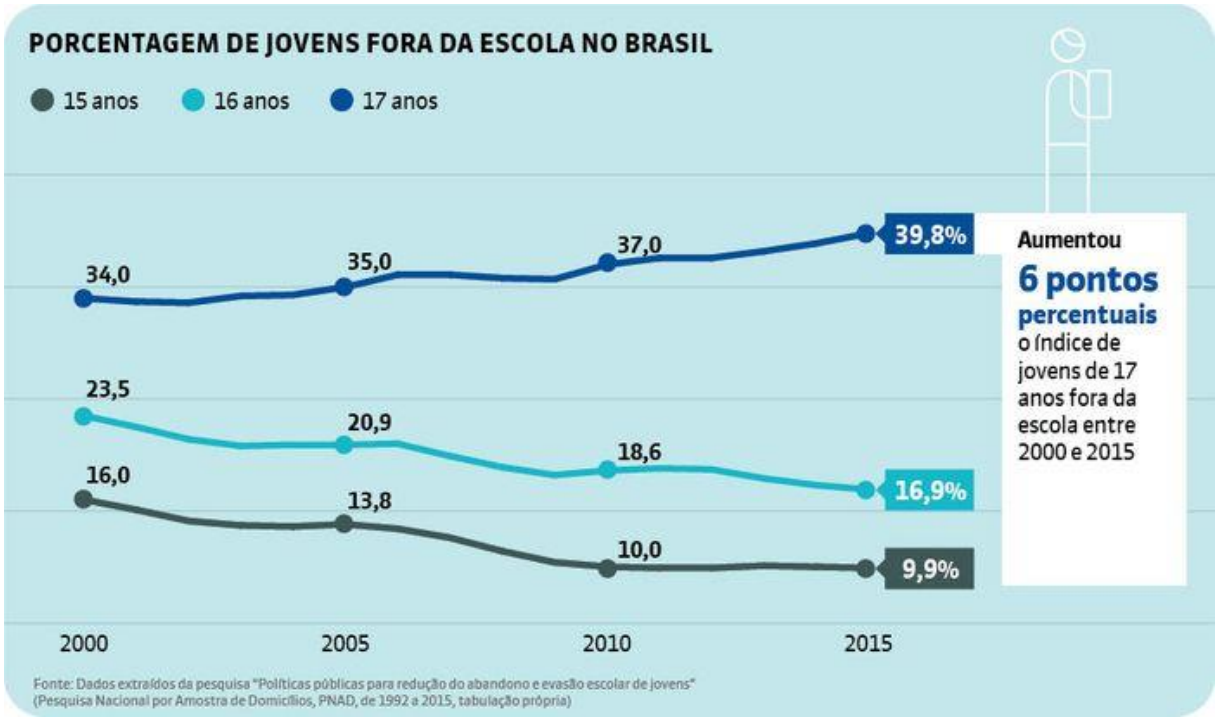
autodeclarados brancos, consequentemente, a taxa líquida de matrícula de jovens autodeclarados pretos no Ensino Médio se torna consideravelmente menor comparada a matrícula de jovens brancos. É preciso considerar como segundo motivo, os dados do Censo Escolar 2015 do INEP, que mostram que o Ensino Médio é a etapa da educação básica em que há maior índice de evasão escolar por múltiplos motivos, dentre eles, jovens que precisam ou que escolhem ingressar no mercado de trabalho, a falta de sentido atribuído à escola, e, como mostrou os dados de uma pesquisa feita pelo MEC[5], OEI[6] e Flacso[7], a gravidez na adolescência, motivo que levou mais de 18% das adolescentes a pararem de estudar em 2016. Os dados abaixo dão a dimensão do número de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola:

[5]O Ministério da Educação é um órgão do governo federal do Brasil fundado no decreto n. º 19.402, em 14 de novembro de 1930.

[6]A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é um organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional.

[7]A FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais é uma organização intergovernamental regional autônoma, criada em 17 de abril de 1957, por iniciativa da UNESCO e de alguns governos da América Latina e Caribe, durante a Conferência Latino-Americana de Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. Tem como objetivo promover atividades de ensino, pesquisa, difusão, extensão acadêmica e cooperação técnica, no âmbito das Ciências Sociais.

Gráfico 4 - EVASÃO AINDA É UM DOS MAIORES DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO



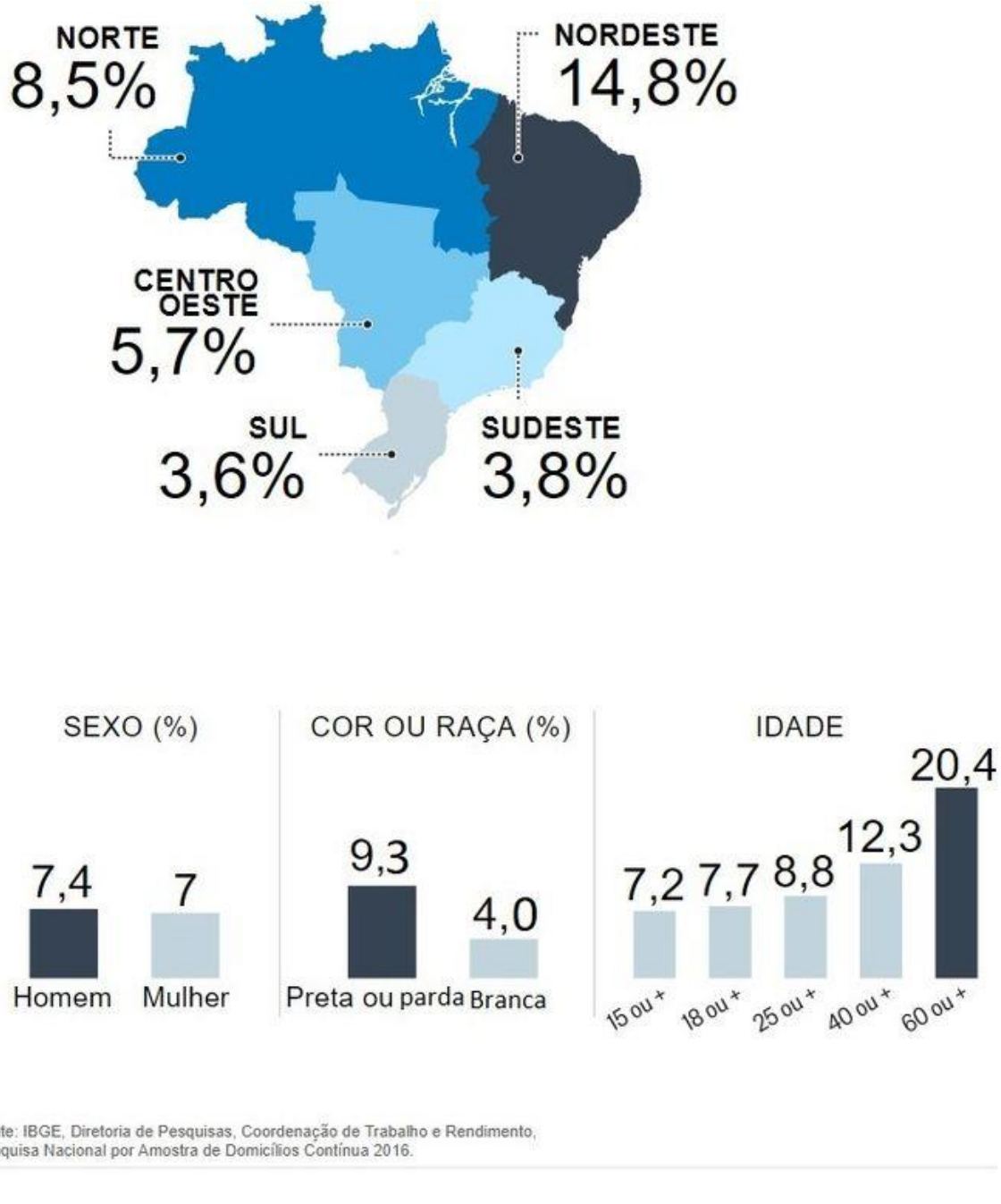
Fonte: Fonte: Pnad/IBGE

Através dos dados acima é possível analisar a evolução das desigualdades educacionais, que de acordo com Castro (2009, p. 673), "[…] é um dos principais problemas que potencializam a manutenção das enormes desigualdades sociais enfrentadas pela população brasileira". Essa desigualdade é também sentida quando examinamos a situação do analfabetismo no Brasil. Assim, se faz necessário questionar: quem são os analfabetos do Brasil privados da construção de uma cidadania plena?

Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos ou mais em 2017 era de 11,5 milhões. Os dados disponíveis no módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) traz informações importantes sobre como o analfabetismo se apresenta para os diversos grupos sociais: ainda que o analfabetismo esteja concentrado, sobretudo, na população com 60 anos ou mais de idade e na

região Nordeste, especialmente no interior, é possível verificar outra forma de concentração do analfabetismo brasileiro, e essa forma está ligada a cor e classe social.

Gráfico 5 - Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A pesquisa mostrou que entre as pessoas pretas ou pardas a taxa de analfabetismo mais que dobra em relação as pessoas brancas. Das pessoas brancas de 15 anos ou mais 4,0% são analfabetas, já nas pessoas autodeclaradas pretas ou pardas nessa faixa etária 9,3% são analfabetas.

> Os números apontam a desigualdade educacional entre as brancos e negros, construída historicamente, mas que não foi superada nos dias atuais pela ineficácia dos programas de alfabetização de adultos. Isso quer dizer que a queda do analfabetismo se processa fortemente pelo efeito demográfico e menos pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. Portanto, a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a “saída” dos idosos analfabetos "(morte)" (CASTRO, 2009, p. 683).

O analfabetismo representa assim, uma das dívidas sociais que não foi resolvida no Brasil, penalizando a população negra e mais pobre da sociedade.

Em seu trabalho *Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social*, Ferraro (2010) reforça a importância de se articular, no estudo da escolarização, as dimensões de gênero, raça e classe social, dessa maneira é preciso entender que as desigualdades sociais estão estruturadas ao longo da história sobre esses três eixos.

É preciso também, fazer uma história que inclua a narrativa dos excluídos, sujeitos estes que são pobres, negros e mulheres em sua substancial maioria, afim de se entender condições sociais que foram históricas e estruturalmente construídas. "Nesse sentido, talvez seja a hora de entender o papel do nosso sistema educacional na geração e na reprodução das desigualdades de oportunidades em nosso país" (Ferreira, 2000, apud SOUZA, RIBEIRO, CARVALHAES, 2010).

4. DESIGUALDADE REGIONAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

“Quando eu vou na cidade tenho a impressão de que estou no paraíso.

Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas.

Tão diferentes da favela.

As casas com seus vasos de flores e cores variadas.

Aquelas paisagens há de encantar os visitantes de São Paulo,

que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma.

Com as suas úlceras. As favelas. ”

(Carolina Maria de Jesus)

A desigualdade regional caracterizada pelas profundas diferenças de condições econômicas, políticas, sociais e geográficas existentes entre as regiões, estados e cidades do Brasil, é frequentemente estudada em pesquisas que relacionam o panorama de pobreza dos estados com o índice de desenvolvimento humano (IDH) - que avalia a qualidade de vida de uma população, em nível nacional, estadual e municipal. A partir do cruzamento de dados estatísticos é possível estabelecer comparações entre os estados brasileiros para medir o nível de desigualdade entre as várias regiões do Brasil.

No entanto, mais do que mostrar em quais regiões a economia brasileira está mais centralizada, as desigualdades regionais nos possibilitam relacionar a influência do território na produção da desigualdade educacional e escolar.

De acordo com Ribeiro e Vóvio (2017), a vulnerabilidade social do território vinculada com a pobreza e a desigualdade escolar interfere nas oportunidades educacionais em todos os níveis da educação básica. Por conseguinte, a realidade educacional de crianças e adolescentes que moram em regiões economicamente e socialmente mais vulneráveis, acontece de maneira desigual, comparada com a realidade e as oportunidades educacionais vivenciadas pelos alunos que residem nas regiões mais ricas e privilegiadas do Brasil. O processo de escolarização está, assim, fadado as limitações e condicionado a uma diversidade de formas de manifestação das vulnerabilidades do território.

Ao analisar os dados produzidos sobre as diferentes regiões do Brasil e os dados educacionais, se torna possível entender a correlação entre a educação e a desigualdade regional. O Plano Nacional de Educação (PNE)[8] tem como meta para Educação Infantil, por

[8]O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (2014-2024). O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução

exemplo, universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do plano. No entanto, ao analisarmos os dados referentes às matrículas na pré-escola nos diferentes estados do Brasil, é possível ter um panorama mais geral sobre a realidade da Educação Infantil nas diferentes regiões brasileiras.

das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

Figura 1 - Números de Matrículas Pré-Escola 2017

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2017

Ao observar os números de matrículas da pré-escola na educação infantil em 2017 no ranqueamento disponível no site do IBGE, visualizamos os estados brasileiros com os maiores e com os menores números de matrículas nessa etapa da educação básica. Ao incorporar algumas questões de plano de fundo que não estão disponíveis nos dados acima, a compreensão sobre a realidade da educação infantil no Brasil se torna mais profunda: os estados que hoje

contemplam o maior número de matrículas na pré-escola, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, são também os três estados que concentram mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto)[9] do Brasil. Segundo o IBGE, só em 2011 São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram responsáveis, sozinhos, por 53,1% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. Logo, se evidencia que não trata de coincidência que os estados que possuem a maior economia do país, com exceção da Bahia localizados na região Sudeste e Sul, sejam também os mesmos estados com maior número de matrícula na pré-escola.

Em 2015 a porcentagem de crianças na Educação Infantil atingiu a marca de 90,5% segundo dados do PNAD. Se analisarmos esse indicador de acordo com a renda familiar per capita, verificamos que quanto maior o nível econômico, maior a taxa de atendimento à Educação Infantil em 2015. Dessa forma, apenas o grupo de estados mais ricos estarão próximos de atingir a meta de universalização da educação infantil na pré-escola e garantir o cumprimento da lei em 2016.

[9]O produto interno bruto representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região

Figura 2 - Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil

Fonte: Fonte: IBGE/Pnad

Ao contrário dos estados com maior número de matrículas nessa mesma etapa da educação básica, os 25% mais pobres apresentaram o menor desempenho no indicador, com apenas 88,3% das crianças na pré-escola, o estado do Acre e Amapá, por exemplo, estão entre os estados que possuem menor número de matrículas:

Figura 3 - Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil

Fonte: Fonte: IBGE/Pnad

Essa profunda desigualdade regional sobre a participação das riquezas do país fomenta de forma direta a desigualdade escolar, no caso da educação infantil, convertendo-se em uma menor oferta da matrícula na pré-escola sendo insuficiente para atender a demanda.

> Embora as pesquisas que buscam compreender as conexões entre vulnerabilidade social do território e desigualdade escolar no país sejam recentes, exploratórias e careçam de acúmulo que apoie afirmações mais robustas, elas podem gerar reflexões sobre o tipo de política educacional e prática escolar com potencial para fortalecer ou dirimir a desigualdade escolar. Conhecimento relevante face ao objetivo de ampliar as oportunidades educacionais junto àqueles que têm mais dificuldades no acesso ao conhecimento ofertado nas instituições escolares (RIBEIRO; VÓVIO, 2017, p. 84-85).

Na pesquisa *Retornos da Educação e o Desequilíbrio Regional no Brasil*, publicada em 2010, os autores Carlos Manso, Flávio Barretoy e João de Fraçaz, colocam que a literatura nacional tem apontado que grande parte do diferencial de renda entre as regiões Nordeste e Sudeste tem sido explicada pelas diferenças educacionais de cada região. Os autores consideram que a dinâmica da renda pode ter reflexos imediatos e distintos sobre os níveis de

desigualdade e pobreza em cada região, e dessa forma, o retorno educacional seria um dos elementos para se compreender melhor a questão do desequilíbrio regional brasileiro (MANSO; BARRETO; FRANÇA, 2010).

A desigualdade na educação brasileira, se manifesta assim, vinculada com as desigualdades existentes entre as regiões do país. Segundo a pesquisa *Desigualdade Entre Escolas Públicas no Brasil: Um Olhar Inicial* (CORREA; OPICE, 2015), enquanto 98% das escolas de Ensino Fundamental com piores resultados na Prova Brasil[10] estão no Norte e Nordeste do país, 86% das com melhores notas estão no Sul e Sudeste.

> A partir da observação do desempenho dos alunos, tomando por base os resultados da Prova Brasil, constataram que quanto maior os níveis de vulnerabilidade social do entorno do estabelecimento de ensino, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais por ele oferecidas. A principal evidência de efeito território sobre as oportunidades educacionais encontrada por esses pesquisadores – notada por meio de procedimentos estatísticos – é que os alunos com baixos recursos culturais familiares que estudam em escolas de entorno mais vulnerável tendem a obter desempenho pior; em contrapartida, alunos com mesmos recursos culturais, quando estudam em contextos menos vulneráveis, obtêm desempenho melhor. A situação é equivalente para alunos com maiores recursos culturais: quando estudam em contextos mais vulneráveis, tendem a apresentar desempenhos piores (RIBEIRO; VÓVIO, 2017, p. 76).

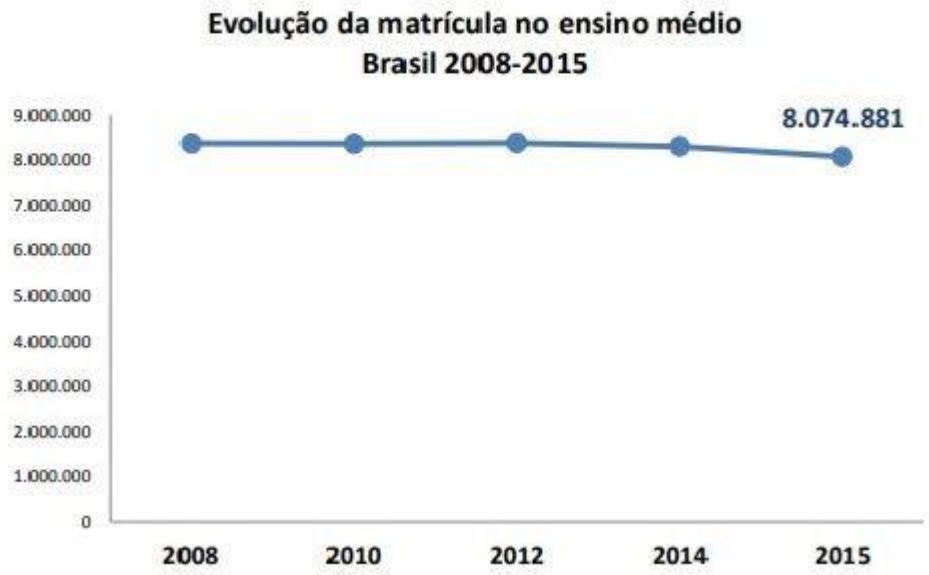
É importante ressaltar o prejuízo que as avaliações padronizadas, como é o caso da Prova Brasil, trazem para as escolas, alunos e professores, quando estas funcionam mais como auditoria de sistemas do que como avaliações pedagógicas. Nesse sentido, entendemos que "as avaliações planejadas em nível estadual e federal têm um caráter censitário que as torna custosas e um instrumento de opressão sobre as escolas, numa crença de que se você individualizar e responsabilizar cada escola, elas apresentarão melhoras" (FREITAS, 2013).

[10]A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar também conhecida como Prova Brasil, é uma avaliação criada em 2005 pelo Ministério da Educação. É complementar ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Entretanto, podemos considerar que a Prova Brasil evidencia a enorme desigualdade que existe entre as escolas de um mesmo município ou cidade, desde a infraestrutura e qualidade dos espaços, como também evidencia a desigualdade existente entre as escolas das diferentes regiões, como apontou a pesquisa de Gabriel Correa e Isabel Opice (2015). Forma-se assim um círculo vicioso entre as escolas de Ensino Fundamental que participam da Prova Brasil: as escolas localizadas nas regiões mais privilegiadas são as mesmas que tiram as melhores notas nesse exame de larga escala, e consequentemente recebem bonificação por conta disso. Em contrapartida, as escolas localizadas em regiões economicamente mais pobres, com qualidade e infraestrutura inferiores, possuem o pior resultado nessa avaliação, não recebendo assim bonificações que poderiam auxiliar em algumas melhorias.

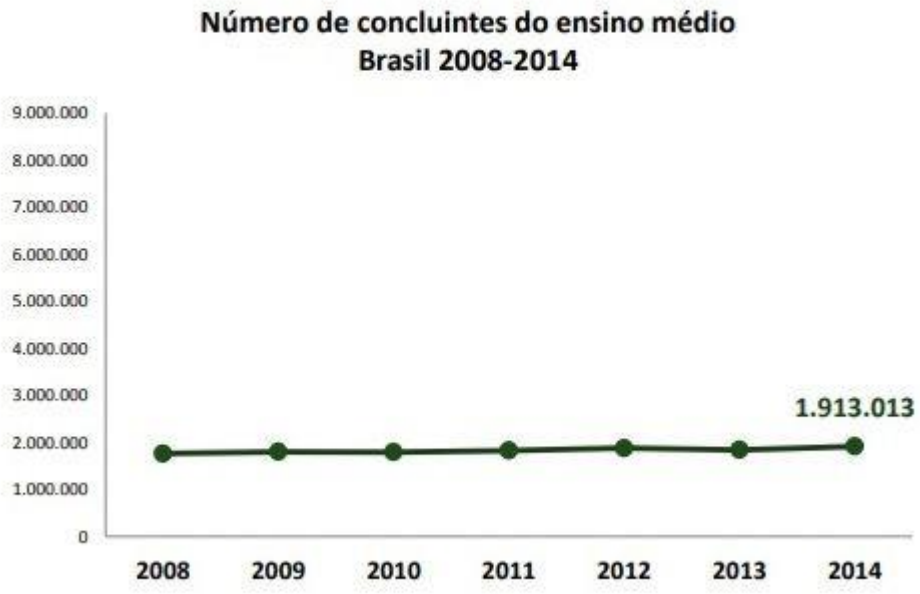
No Ensino Médio, por sua vez, a realidade não é muito diferente. A discrepância entre o número de alunos que concluem essa etapa da educação básica, ainda é muito grande quando comparamos as regiões brasileiras. No gráfico abaixo, é possível visualizar a evolução da matrícula no Ensino Médio em todo o Brasil, juntamente com o número de concluintes dessa etapa entre os anos de 2008 a 2015:

Gráfico 6 - O PNE e os desafios de expansão do Ensino Médio



Fonte: Inep/Censo Escolar

Gráfico 7 - O PNE e os desafios de expansão do Ensino Médio



Fonte: Inep/Censo Escolar

O número de alunos que concluem o ensino médio é substancialmente menor do que o número de alunos que se matriculam e ingressam nele, no entanto, os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita pelo IBGE em 2014, trazem outras informações importantes para se entender a relação entre desigualdade regional e o ensino médio. Ainda que em 2014 mais da metade dos alunos concluíram o ensino médio, 56%, a taxa de conclusão nas famílias ricas foi de 84%, enquanto nas famílias mais pobres foi de apenas 36%. Mesmo que as regiões Norte e Nordeste registraram crescimentos consideráveis, a região Sudeste seguiu como a região com a maior taxa de conclusão, 64%.

Em todos os dados, as desigualdades regionais aparecem como fortes indicadores na produção da desigualdade educacional e escolar. É preciso pensar então, em políticas educacionais e econômicas que intervenham e que rompam com essa relação quase indissociável. As regiões mais vulneráveis precisam de investimentos que estimulem a superação da pobreza para que haja um crescimento sustentável e mais igualitário, proporcionando condições para que as disparidades educacionais entre as regiões mais ricas e pobres do país sejam finalmente equalizadas.

5. CONSIDERANDO

Quando estudamos as desigualdades sociais no Brasil, percebemos sua interferência e impacto em todos os setores da sociedade, compreendemos também, que essa condição de desigualdade está diretamente atrelada à classe social das pessoas que compõem esse meio social. É possível identificar depois desse estudo, quais são as pessoas que mais sofrem com as consequências que as desigualdades trazem consigo, de forma geral, a regra não varia muito: pobres, negros e mulheres, em sua considerável maioria. Cury (2008), coloca que esses são os sujeitos da privação, pessoas que frequentemente vivenciam situações e condições de exclusão, negligenciadas não só por não ter seus direitos básicos assegurados, mas impedidas também, de terem condições para superar as formas de desigualdade a que são condicionadas, principalmente pelo sistema econômico vigente.

Se a as desigualdades impactam todos os setores da sociedade, sua interferência na educação também é muito sentida. Ao estudar a educação a partir das desigualdades sociais se torna possível enxergar as formas de negação desse direito para as camadas mais pobres da sociedade, e também, as diversas formas de precarização que a escola pública vem sofrendo ao longo dos anos. Com isso, os estudos das relações entre desigualdade, classe social e educação se torna relevante para entender e atuar na educação pública brasileira de forma mais profunda.

A educação escolar, direito universal a todos os cidadãos brasileiros se construiu através da seletividade de seus alunos, brancos e de famílias abastadas em grande parte, o que configurava um alunado bastante característico e igual entre si. Com o passar dos anos, crianças e adolescentes que faziam parte da camada mais pobre da sociedade passaram a ser incluídos nesse sistema educacional que se expandiu, mas que não conseguiu com isso, assegurar uma qualidade e igualdade educacional para esses novos alunos. Passamos a enfrentar então, uma universalização sem direito, condição essa que possibilitou incluir os alunos das camadas mais

pobres dentro da escola, no entanto, essa inclusão aconteceu de forma excludente. Essa exclusão apresenta-se hoje de várias formas dentro do sistema educacional, desde a creche ao ensino superior, caracterizada pela existência de um ensino dual, que se configura por uma formação mais específica e técnica com formação visando o mercado de trabalho, destinada à camada mais pobre da sociedade, coexistindo com a existência de uma formação mais ampla e universal, intelectualizada e voltada para a elite da população. Esse dualismo educacional, perverso por reproduzir e manter as desigualdades sociais, é a marca característica da diferença de classe no Brasil.

Os artigos estudados nesse trabalho proporcionaram analisar algumas formas de desigualdade e sua relação com a educação, dentre elas a gritante desigualdade existente entre brancos e negros no acesso à escola. Da creche ao ensino superior, a porcentagem de alunos negros dentro do sistema de ensino brasileiro é relativamente menor do que comparado ao número de alunos brancos matriculados na escola. Essa diferença é ainda maior quando analisamos o número de matriculas no Ensino Superior, de forma geral, os alunos das camadas mais pobres conseguem frequentar o ensino superior através de programas de incentivo e financiamento estudantil nas universidades e faculdades privadas, observa-se assim, que mesmo com a lei de cotas, criada em 2012, o número maior de matriculas de negros e pobres ainda é no sistema privado. Assim, a lei de cotas não foi suficiente para diminuir a desigualdade de acesso no ensino superior público comparado ao acesso à rede privada no Brasil.

O analfabetismo apresenta-se como outra característica marcante da desigualdade educacional. O Brasil possui atualmente mais de 11 milhões de analfabetos privados de uma cidadania plena em nossa sociedade. Novamente, essa realidade é ainda maior quando comparamos brancos e negros, já que o número de negros analfabetos no Brasil é mais do que o dobro comparados aos analfabetos brancos. A questão da classe social é aparente nesses

dados também: o analfabetismo atinge a população mais pobre da sociedade, e consequentemente se concentra sobretudo nas regiões mais pobres do país.

As regiões mais desiguais do Brasil, influenciam assim, na produção da desigualdade educacional, a desigualdade regional interfere nas oportunidades educacionais. Ora, se a desigualdade regional tem estrita relação com as disparidades educacionais, serão sempre as pessoas mais pobres a receberem uma educação da pior qualidade. São essas regiões que possuem o menor número de matrícula na educação infantil, piores resultados nas avaliações externas do ensino fundamental, maior evasão escolar dos alunos do ensino médio e menor número de matrículas no ensino superior. Resultado de uma política econômica baseada numa enorme distribuição desigual das riquezas do país, que incentiva e privilegia os estados mais ricos em detrimento dos estados mais pobres.

Precisamos criar uma narrativa dos excluídos, dar voz e evidenciar as histórias das condições desiguais vividas por grande parte da população brasileira. Precisamos incentivar novas pesquisas que abordem não só através de dados censitários, a realidade das condições educacionais da população que está submetida à condição de vulnerabilidade social, mas também, buscar novos dados que possibilitem um detalhamento mais profundo das situações de exclusões e desigualdades vivenciadas por crianças, adolescentes e adultos dentro do processo educacional, desde a creche à pós-graduação. As formas de desigualdades dentro das escolas brasileiras, podem trazer novas descobertas e contribuições para a análise e interpretação da educação pública brasileira. Precisamos através das análises sobre desigualdade e educação, combater questões a muito levantadas como verdade, como acontece com o conceito de meritocracia, que é equivocadamente usado para justificar condições de conquistas educacionais, mas que tem em seu cerne raízes de injustiça social.

Será possível assim, mostrar cientificamente, que nossa sociedade é produtora e mantenedora das desigualdades educacionais, seja através da escola ou de seu próprio sistema capitalista. Antes de constituírem interferências e consequências na educação, as desigualdades sociais devem ser tratadas como o fundamento de uma sociedade capitalista, que deve ser combatida enquanto tal. Esses entendimentos nos possibilitarão criar mecanismos para o enfrentamento dessas condições de desigualdades, seja dentro do espaço escolar agindo de forma mais específica, ou criando políticas públicas educacionais que poderão ter impactos mais profundos na redução e erradicação das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; SILVA, Rejane Moreira da. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2013, p. 851-879. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2009, p. 673-697. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2016, p. 245-257. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA, Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2015, p. 705-714. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

CORREA, Gabriel Barreto; OPICE, Isabel. Desigualdade Entre Escolas Públicas no Brasil: Um Olhar Inicial. **Temas de Economia Aplicada**. São Paulo, julho 2015. Disponível em: <https://updoc.site/download/desigualdade-entre-escolas-publicas-no-brasil-um-olhar-inicial_pdf>.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2016, p. 235-259. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

ESTADÃO. São Paulo, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/a-desigualdade-entre-negros-e-brancos-tambem-esta-na-educacao/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2010, p. 505-526. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2009, p. 1059-1079. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2016, p. 1121-1141. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

HASS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 2012, p. 836-863. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2006, p. 31-48. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

MANSO, Carlos Alberto; BARRETO, Flávio Ataliba; FRANÇA, João Mário S. de. Retornos da Educação e o Desequilíbrio Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2010, p. 115-133. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

MANZANO, Claudia (Org.). Avaliação padronizada prejudica escolas, alunos e professores, dizem educadores: Para professores da Faculdade de Educação da USP, modelos adotados em medições como Prova Brasil, Ideb e Idesp funcionam mais como auditoria de sistemas do que como avaliações pedagógicas. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, maio, ano 2013, 27 mai. 2013. educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/05/prova-padronizada-de-avaliacao-de-escolas-prejudica-alunos-apontam-especialistas-6777.html>.

MEDEIROS, Marcelo; GALVÃO, Juliana de Castro. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 2016, p. 357-383. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

MELO, Alessandro de et al. Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2014, p. 333-348. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

MELSERT, Ana Luísa de Marsilllac; BOCK, Ana Merces Bahia. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2015, p. 773-790. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

MENDES, Igor A. Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti D. Considerações sobre o papel do capital cultural e acesso ao ensino superior: uma investigação com dados de Minas Gerais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2015, p. 71-95. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

OLIVEIRA, Alessandra dos Santos; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, 2016, p. 303-312. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Expectativas de socialização na escola entre famílias que vivem em situação de precariedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13. 2006. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Disponível em: <www.13endipe.com>.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Nossas Escolas não são as Vossas: As diferenças de Classe. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2012, p. 347-366. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

PICANÇO, Felícia; MORAIS, Juliana. Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2016, p. 391-406. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: Somando desvantagens, multiplicando desigualdades? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2015, p. 145-181. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

POCHMANN, Marcio; FERREIRA, Eliza Bartolozzi . Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2016, p. 1241-1267. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

RIBEIRO, Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**. Curitiba, 2017, p. 71-87. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

RIBEIRO, Vanda Mendes. Que princípio de justiça para a educação básica? **Cadernos de Pesquisa**. Vitória/ES, 2014, p. 1094-1109. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

ROMANELLI, Geraldo. O Significado da Educação Superior para Duas Gerações de Famílias de Camadas Médias. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**. Brasília, 1995, p. 445-476. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1100/1074>.

SOUZA, Pedro Ferreira de; RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; CARVALHAES, Flavio. Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Considerações sobre classe, educação e raça. **Revista Brasileira de Ciência do Sociais**. São Paulo, 2010, p. 77-100. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte/MG, 2008, p. 502-596. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2012, p. 329-351. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; MENEZES, Magali Mendes de. Projetos Socioeducativos. A naturalização da exclusão nos discursos de educadores. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, 2010, p. 465-478. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.